

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ DE 2018**  
**(Da Sra. Margarida Salomão)**

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para debater o racismo e o direito à cidade.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e com o artigo 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão do racismo e o direito à cidade.

Para possibilitar um debate amplo e qualificado, sugiro a participação das seguintes organizações e especialistas:

- 1. Joice Berth – Arquiteta e Urbanista**
- 2. Livia Santana Vaz – Promotora de Justiça da Bahia**
- 3. Martvs Chagas – Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT**
- 4. Vilma da Silva – Representante do movimento “Fica Dona Vilma”**
- 5. Lilia Schwarcz – Historiadora e antropóloga (USP)**

**JUSTIFICAÇÃO**

O desafio de promover cidades justas e inclusivas passa, necessariamente, pela superação do racismo que estrutura as desigualdades, organiza as relações sociais e a configuração dos territórios.

De acordo com o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno

desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. “

No entanto, a configuração dos centros urbanos segrega grande parcela da população, que para acessar políticas e serviços públicos, trabalho, cultura e lazer, é obrigada a enfrentar longas horas de deslocamento. Essa segregação é composta também pelo elemento do racismo, ligado historicamente à pobreza no país.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, 50,7% da população brasileira é negra, o que tem extrema relevância, sobretudo se analisarmos os lugares que os negros ocupam nas cidades e as condições de vida dessa população.

A formação do território brasileiro está diretamente relacionada com as desigualdades socioeconômicas e, portanto, com a desigualdade racial. É nesse sentido que proponho debater a questão do racismo no direito à cidade de negros e negras.

Pelo exposto, contamos com apoio dos nobres pares para a aprovar o presente requerimento.

Sala das Comissões,                      de                      de 2018.

Margarida Salomão  
PT/MG